

a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

<http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine>

N.º 21 - Primavera de 2006

LISBONIZAR – <i>Edite Estrela</i>	1
«SHIPPING» - <i>Pedro Andrade com Ana Pais</i>	3
VALOR ACRESCENTADO OU MAIS-VALIA? – <i>João Pedro Gomes</i>	5
PORQUE POR QUE? PORQUE É ASSIM NA EUROPA CIVILIZADA – <i>Helder Guégués</i>	8
DA FORMA CORRECTA DE ESCREVER NOMES CIENTÍFICOS – <i>Miquel Vidal</i>	9
PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS IDIOSSINCRASIAS CURIOSAS DA LÍNGUA PORTUGUESA – <i>Augusto Múrias</i>	12

Lisbonizar

Edite Estrela
Deputada — Parlamento Europeu

O neologismo *lisbonizar* é o ponto de partida destas reflexões. Confesso: gosto do verbo *lisbonizar*. Primeiro estranhei, mas ele entranhou-se. Impôs-se à razão, ao respeitar as regras de formação de palavras portuguesas e cativou-me pelo lado da emoção patriótica, com ressonâncias a evocar a Lisboa de David Mourão-Ferreira. Delicia-me ver Lisboa mulher menina e moça, portuguesa como poucas, a impor-se aos burocratas de Bruxelas. Agradam-me o significante e o significado, modernos, a remeter para inovação, investigação, desenvolvimento, competitividade, objectivos ambiciosos e louváveis intenções da Estratégia que Lisboa gerou e a Europa adoptou. Enche-me de orgulho que a mais recente cartilha europeia nomeie Lisboa quando olha o futuro. E assim se vai lisbonizando a União, lenta e receosamente, é certo, com a Europa (sobretudo a nova) vestida com os têxteis da China e sem o viço ou a «segurança» da camoniana Leonor. Gosto, ainda, de *lisbonizar* porque rima com feminizar e aporluguesar, mais dois verbos da minha predilecção.

As línguas são realidades dinâmicas em constante renovação, o que torna a criação de neologismos inevitável e até desejável, quando é necessário nomear uma nova realidade. Mas com as devidas cautelas, para não se claudicar perante o que Fernando Cristóvão considera a «excessiva e descaracterizadora influência do inglês». No equilíbrio está a virtude, pelo que, sublinha o Professor, é preciso evitar «que o português se torne incapaz de acompanhar a evolução científica e técnica moderna, contribuindo para a renovação terminológica indispensável num mundo que se organiza, cada vez mais, ao ritmo dos dados e dos concomitantes procedimentos de normalização e informatização dos vocabulários».

Como acontece habitualmente, também neste domínio é preciso conciliar duas forças contrárias. Por um lado, uma posição mais defensiva a ditar que os neologismos só devem ser aceites quando ocupam um campo semântico até aí vazio. Por outro, uma atitude mais receptiva a reconhecer que não se pode

asfixiar o idioma nos dicionários. Pretender reduzir a língua portuguesa ao dicionarizado é não perceber o que é uma língua viva e não compreender o que se passa num mundo globalizado. Porque «a vida é um dicionário em movimento», na definição lúcida de Pomar, não é possível aprisionar o idioma, quando o novo mundo nos interpela com novos conceitos, num permanente desafio à vitalidade da língua e à criatividade dos falantes.

Opinião que é corroborada por grandes paladinos do idioma. «Apesar da abundância do vocabulário, a língua necessita constantemente da criação de novas formas expressivas», afirma Rodrigues Lapa, acentuando que «o estrangeirismo é um fenómeno natural, que revela a existência de uma certa mentalidade comum. Os povos que dependem económica e intelectualmente de outros não podem deixar de adoptar, com os produtos e ideias vindas de fora, certas formas de linguagem que lhes não são próprias». As reflexões do Mestre conduzem a uma conclusão: «Uma coisa é necessária, quando o estrangeirismo assentou já raízes na língua portuguesa: vesti-lo à portuguesa». Um princípio a não esquecer e, sobretudo, a praticar!

A criação de neologismos deve fazer-se a partir do latim e do grego ou de outras palavras já existentes na própria língua, como é o caso. *Lisbonizar* é tão legítimo como outros verbos recentemente adoptados: *recepcionar*, verbo derivado de *recepção* (*recepçione+ar*), com o sentido de «organizar recepção, informar da recepção, receber»; *direccionar*, derivado de *direcção* (*direccione+ar*), com o sentido de «orientar, virar para»; *reposicionar*, derivado de *posição* (*re+posicione+ar*), significando «posicionar novamente»; *promocionar*, derivado de *promoção* (*promocione+ar*), significando «assegurar a promoção»; *gestionar*, derivado de *gestão* (*gestione+ar*), com o sentido de «produzir gestão, gerar»; *concepcionar*, derivado de *concepção* (*concepçione+ar*), com o sentido de «levar à concepção, imaginar»; *contingentar*, derivado de *contingente+ar*, significando «organizar contingentes, estabelecer quotas».

Os neologismos — «esses novos meios de expressão, inventados por quem fala e escreve um idioma», nas palavras de Rodrigues Lapa — representam um dos aspectos mais complexos e controversos do léxico de qualquer língua. A condição de neologismo de uma dada palavra representa uma das facetas mais transitórias de uma língua. É difícil afirmar, em cada momento, o que é neologismo, o que já deixou de o ser e o que está a tentar entrar na língua, mas, provavelmente, irá ser rejeitado. É um jogo não arbitrado por ausência de uma instância de legitimação.

Sendo a língua um sistema aberto dotado de capacidade reprodutiva, é natural que, por um processo continuado de auto-regulação, certos termos entrem em desuso e surjam outras formas mais consentâneas com as exigências de verbalizar novas realidades. Ou que sejam atribuídos novos sentidos a vocábulos existentes: *correr* (um programa de computador), *flexibilização* (em sentido institucional), *ícone* (aplicado em informática), *janela* (aplicado em informática), *memória* (aplicado ao computador), *navegar* (no sentido de percorrer a Internet), *plataforma* (no sentido de acordo), *portal* (usado no universo da Internet), *rede* (aplicado no universo das comunicações), *resolução* (no sentido de definição de imagem), *sítio* (usado no universo da Internet), etc.

Com o tempo os neologismos vão-se integrando na língua, à medida que o seu uso se vai tornando mais frequente e o falante vai, assim, perdendo a sensação de estranheza que, de início, tais palavras novas lhe provocavam. Actualmente, por exemplo, já não é fácil conservar a consciência de que *automóvel* ou *aeroporto* foram neologismos.

A rápida circulação da informação exige mais atenção ao que se diz e ouve e ao que se escreve e lê, mas também influencia inevitavelmente os modos de dizer e escrever. A criação de novos termos não é de hoje, é de sempre. Graças às aquisições estrangeiras e à criação de novos termos no interior da língua, a língua portuguesa possui, actualmente, um acervo de mais de 300 mil vocábulos de que o falante comum usa uma centésima parte. Na era da comunicação, é natural que aumentem as necessidades e que acelere o ritmo da criação terminológica. Acontece com todos os idiomas. Até com o francês, não obstante toda a defesa das entidades oficiais: no jornal francês *Le Monde*, só em 1998 foram registados 2194 neologismos.

Cada ramo do saber tem a sua terminologia específica, permanentemente enriquecida com novos conceitos. Cada actividade recorre a um conjunto de termos técnicos periodicamente renovados. Num mundo em vertiginosa mudança em todos os domínios, onde muitas linguagens se confundem e desenvolvem, e com os cidadãos submersos por informações desencontradas, é necessário bom-senso e bom-gosto para equilibrar os excessos daqueles que Eça considerou pouco patrióticos.

Lisbonizar resultou, quanto a mim, de um acto de inteligência sem fervor patriótico. Por direito próprio, deve entrar no dicionário.

estrela@europarl.eu.int



«Shipping»

Pedro Andrade

*Serviço Jurídico — Comissão Europeia
com Ana Pais*

Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

O Direito do Mar é em grande medida de origem convencional, quer dizer, está previsto em convenções internacionais. Essas convenções são, em geral, negociadas em inglês. O que é «shipping»?

Ouviram com certeza falar do Prestige. Os navios têm **nome**, como qualquer mortal.

Os navios são como os dançarinos, as suas carreiras e, muitas vezes, as suas vidas acabam cedo. O Prestige, que fora construído no Japão em 1976, tinha 28 anos quando se afundou, em 19 de Novembro de 2002, 133 milhas náuticas ao largo da Galiza.

Ainda não tinha sido **desclassificado**. Os navios são **classificados** e depois desclassificados.

O navio tem um **proprietário**, isto é, quem, nos termos da lei, tem o direito de o usar, fruir e dele dispor. A proprietária do Prestige era uma **companhia**, isto é, uma sociedade marítima, da Libéria.

Antes de começarem a viajar pelo mundo fora é preciso saber se estão aptos a transportar em condições de segurança a sua carga. Ora, os navios têm nacionalidade, a nacionalidade do Estado em que tiverem sido registados. Chama-se a esse Estado o **Estado de bandeira** ou **de pavilhão**. O Prestige arvorava pavilhão das Bahamas. Tanto a Libéria como as Bahamas são **bandeiras de conveniência**, quer dizer, Estados que não exercem um controlo eficaz sobre os seus navios, que não têm com os seus navios uma **ligação genuína**.

O Estado de bandeira tem que **certificar** perante a Comunidade internacional as aptidões do navio. Há condições a respeitar que constam de convenções internacionais. Nem todos os navios, por exemplo, podem transportar carga a granel. Só o podem fazer navios com certas condições chamados **graneleiros**. O mesmo se passa no que respeita aos hidrocarbonetos. E aí ainda há que distinguir os vários tipos de hidrocarbonetos. Há hidrocarbonetos pesados que são altamente poluentes.

A Administração do Estado de bandeira não tem muitas vezes capacidade para realizar essa avaliação do navio. Encarrega, por isso, uma empresa especializada de fazer aquilo que se chama a **classificação** do navio e de emitir os **certificados oficiais** que declaram que o navio corresponde às exigências do Direito Internacional. Antes de emitirem os competentes certificados, as **sociedades de classificação**

realizam diversas **vitorias** ao navio. E em certos casos procedem através de **inspecção**. No caso do Prestige, a sociedade de classificação era uma sociedade americana com sede no Texas.

Quem se ocupa de todos os actos necessários para que o navio possa empreender viagem é o **armador**, que é ou não o proprietário do navio. Mas o armador pode encarregar outrem da prática desses actos. Trata-se do **gestor do navio**. O gestor do Prestige era uma empresa grega.

O navio está finalmente em condições de navegar através dos mares do mundo. A liberdade de navegação está consagrada no Direito do Mar.

O navio viaja por mares sujeitos a leis diferentes, entra no **mar territorial** e na **zona económica exclusiva** de **Estados costeiros**. O Prestige, por exemplo, em 13 de Novembro de 2002, estava **em trânsito** na zona económica exclusiva da Espanha a cerca de 30 milhas náuticas da costa galega. Durante uma tempestade os seus tanques sofreram danos e o navio começou a perder carga. O comandante do navio, Mangouras, e a sociedade de **salvamento** do navio, uma sociedade dos Países Baixos, pediram à Espanha um **porto de abrigo** que lhes foi recusado. Em 18 de Novembro, Portugal proibiu a entrada do navio na sua zona económica exclusiva.

Nas suas viagens, um navio que opere em tráfego internacional entra em relação com muitos países diferentes. **Atraca** num **porto** para carregar mercadoria, que transporta para outro porto, em que a mercadoria é descarregada e depois **desembarçada**. O Estado a que um navio estrangeiro **aporta** ou em cujos portos faz **escala** é o **Estado do porto**.

Começámos este comentário com a pergunta: o que é «shipping»? De todos os actores de quem temos vindo a falar qual ou quais fazem «shipping»? Pois bem, provavelmente nenhum deles.

É aqui que entra em cena não a «formação», mas a «informação» que se tem, a atenção ao que se passa no planeta em que vivemos.

Nesse sentido a **abordagem** que pode ajudar é a noção de **interesse**. Tem de se perceber quais são os interesses em jogo.

O construtor naval («shipbuilding») não faz «shipping», constrói o navio. Nessa medida integra a «shipping industry». Mas a sua actividade não é a de «shipping». Logo que o navio está pronto entrega-o ao proprietário ou ao armador e deixa de ter qualquer ligação com ele.

O proprietário e o armador também integram a «shipping industry» mas, a menos que também façam transporte, não fazem «shipping». Põem o navio à disposição de quem o queira utilizar ou **afretar**. A sua importância revela-se quando há um acidente e do acidente tiverem resultado prejuízos. Podem ter que arcar com a **responsabilidade** pelo acidente.

Os Estados de bandeira e os Estados cujos portos os navios escalam têm interesses vários no «shipping», do qual aproveitam. Trata-se porém de interesses «reflexos».

Os interesses dos Estados costeiros podem colidir com os daqueles. Estão relacionados com a vulnerabilidade do Estado costeiro a acidentes que poluam, contaminem ou destruam a sua costa marítima ou o seu ambiente marítimo. O Prestige derramou no mar mais do dobro da quantidade que o Exxon Valdez derramara em 1989 nas costas do Alasca.

Malta e Chipre, por exemplo, têm grandes interesses como Estados de bandeira, os Países Baixos e a Bélgica têm grandes interesses como Estados com importantes portos marítimos, a Espanha, a França, Itália e Portugal têm grandes interesses como Estados costeiros.

Até aqui, porém, ainda não chegámos ao centro do problema. Esse está na distinção que se costuma fazer em Direito Marítimo entre «Estados marítimos» e «Estados com interesses marítimos» ou, dito de outro modo, entre Direito Marítimo e Direito do Mar.

Os grandes Estados marítimos, como os Estados costeiros, não são necessariamente aqueles que têm grandes interesses marítimos. A Alemanha e a Rússia, por exemplo, não são grandes Estados marítimos mas são Estados com grandes interesses marítimos. São Estados com grandes interesses em «shipping», isto é, no comércio marítimo.

«Shipping» tem que ver com comércio marítimo. É por isso que a estória do Prestige não fica completa nem se pode perceber se não soubermos isto que é essencial. Em 5 de Novembro de 2002, o Prestige tinha carregado no porto de Ventspils, na Letónia, 77 000 toneladas de hidrocarbonetos pesados. O navio tinha sido afretado pelo Estado russo e estava destinado ao porto de Singapura.

Os colegas sabem quanto é que valem 77 000 toneladas de hidrocarbonetos pesados? Em matéria de navios, melhor dizendo, navios mercantes ou, para utilizar terminologia mais actual, **navios de comércio**, tudo anda à volta disto, da carga.

É por isso que convém ver para além do nevoeiro e não «embarcar» em navios.

É preciso ver por dentro aquilo que é mostrado por fora ou, dito de outro modo, ser capaz de sentir a «carga» de sentido de um termo para além da sua capacidade de flutuar e viajar.

Pedro.Andrade@cec.eu.int

Ana.Pais@cec.eu.int



Valor acrescentado ou mais-valia?

João Pedro Gomes

Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Está a tornar-se muito difícil, no uso corrente, fazer a distinção entre «mais-valia» e «valor acrescentado». É habitual ver-se uma coisa usada em lugar da outra e, pior ainda, como se isso fosse indiferente, isto é, como se fossem sinónimos.

Não tenhamos muitas ilusões, pois é impossível parar a evolução de uma língua viva — mas que são coisas diferentes, lá isso são, ou, pelo menos, foram...

Vamos, pois, entrar na confusão, mas não desesperemos: não é só em português que estes termos foram assimilados ou que um deles deu lugar a uma extensão semântica a outros domínios.

Vejamos alguns casos em que a distinção é clara, para podermos depois detectar as ocorrências em que as designações estão claramente trocadas.

Basicamente, a «mais-valia» é a mera constatação do aumento de um preço entre dois momentos, mais ou menos distanciados no tempo, sem que para tal aumento o detentor da coisa tivesse de fazer o que quer que fosse, ao passo que o «valor acrescentado» é o valor novo que, por várias formas, se pode acrescentar a uma coisa.

Tradicionalmente, o valor acrescentado provinha do trabalho humano, podendo este, na execução, ser acompanhado de capital (em sentido muito lato). Nas indústrias modernas, pesadas ou em que há muita automatização, é o contrário: à coisa inicial acrescenta-se basicamente capital, acompanhado de um pouco de trabalho humano.

Concretizemos: antigamente, quanto valia/qual era o preço (qualquer destas formas de perguntar tem que se lhe diga...) de uma caneca de barro? Basicamente era igual ao custo dos materiais + trabalho humano necessário para os moldar (+ desgaste das ferramentas + transporte para a feira + tempo de espera até se vender, etc.).

Esse trabalho que o artesão (posteriormente, o operário ou outros) acrescentava aos materiais brutos fazia com que o «valor» inicial destes passasse para um nível superior, que já não era possível retirar do novo objecto, pois estava nele incorporado. Na indústria moderna, no sector informático, por exemplo, já contará menos, para o total final, o trabalho realizado por um técnico que carrega em dois ou três botões — contando muito mais o custo das técnicas de ponta aplicadas e respectivos programas: se a máquina custou 10.000.000 de euros e der para fabricar 1.000.000 de peças antes de ir para a sucata ou ser ultrapassada, cada uma das peças que produziu incorporará 10 euros de capital (porque as máquinas fazem parte, normalmente, do capital (fixo) da empresa). Mas o que é claro é que essa peça, ao sair, vem com qualquer característica que não tinha antes: música, imagens, programas, vantagens diversas. Aquilo que ela não tinha antes e tem agora é o seu valor acrescentado.

Esta é a ideia mais básica e mais simples de «valor acrescentado», porque é na indústria transformadora que ele se vê melhor. Mas o valor acrescentado já não é tão visível no comércio: se um café custa 0,05 euros a fazer, por que é que o mesmo café é vendido, segundo os locais, a 0,50 euros, 1,00, 2,50, 5,00, etc.? Estas diferenças são todos valores acrescentados diferentes, se o café é o mesmo, da mesma marca e com a mesma água e chávena igual? Digamos que, em termos de IVA (que é o que interessa ao Ministério das Finanças), há diferentes valores acrescentados. E, para o cliente, às vezes, também: quanto é que, no meio da Europa, não se pagava a mais de bom grado por tomar o mesmo cafezinho mas... frente ao mar?

Mantendo-nos ao nível do básico, vejamos agora a(s) «mais-valia(s)».

Comprei há tempos um andar por 70.000 euros. Hoje posso vendê-lo por quase 130.000. Não lhe acrescentei nada (mesmo que a minha presença fosse valiosa...) e, pelo contrário, ele até se foi degradando com o tempo. Por que vale mais, se ainda por cima deixou de ser novo?

Comprei também algumas acções e, sem eu fazer nada por isso, a não ser esperar, elas «valem» hoje mais do que quando as comprei. Com um amigo meu, que também se limitou a esperar, aconteceu o contrário. (Logo, não foi o «trabalho» de esperar que fez mudar o «valor» das ditas...)

É evidente que também não podemos explorar aqui a questão da diferença entre os conceitos de «valor» e de «preço». Mas, nos casos citados, foi sempre o preço que serviu como medida visível do valor, como a sua concretização num número. Ora, é só nessa base que se pode medir (e tributar) seja o que for.

Outro exemplo: o meu carro vale 20.000 euros? É possível, mas, se no mercado dos usados ninguém me der por ele mais de 15, 16 ou 17.000 euros, os 20.000 só «valem»... para mim. Depressa terei de concluir que 3 ou 4.000 são de «valor» sentimental. Ou que -3 ou -4.000 é o «valor»... da transferência para a realidade. Valor?

Assim, para quantificar quer um valor acrescentado, quer uma mais-valia, o mais corrente e mais simples é passar-se pelo preço, que, pelo menos, dá uma ideia do valor. Dá uma ideia, mas não é o valor. Se preço e valor fossem o mesmo, como explicar que um mesmo produto, de um dia para o outro, sem perder qualidades («valor»), possa custar menos 30% só porque há saldos?

Portanto, sem confundirmos preço e valor, vamos recorrer ao primeiro para alguns cálculos.

O valor acrescentado numa empresa pode, pois, ser medido pela diferença entre o preço dos seus produtos à saída da fábrica (= preço de venda pela fábrica, sem transportes nem margens comerciais) e o preço que custaram à empresa todos os elementos necessários à sua produção, quer directos (máquinas, materiais, salários, electricidade, etc.), quer indirectos (gestão, contabilidade, segurança, juros bancários, etc.).

A mais-valia, por outro lado, é a diferença entre o preço de venda e o preço de compra de um objecto material, de um título mobiliário (em papel ou desmaterializado) ou de qualquer outra coisa que não sofreu qualquer alteração intrínseca entre a compra e a venda, diferença que se supõe positiva. (Se for negativa, tratar-se-á de uma menos-valia, elemento, aliás, que permite ver melhor a distinção: pode haver «valor acrescentado» a uma coisa, mas não se fala de «valor diminuído»... Paradoxalmente, o «valor» (ou custo) do trabalho de destruição dessa coisa deveria até somar-se ao valor anterior!)

E acabou a teoria. Que resultou dela na prática, não esquecendo que ninguém pára uma língua viva?

Primeira consequência nefasta: a mais-valia, uma vez que mostra que o «valor» aumentou, passou a ser usada como sinónimo de valor acrescentado (ou aumentado).

Segunda consequência do mesmo tipo: como a mais-valia traz uma vantagem ao detentor da coisa, mais-valia passou a ser sinónimo de... vantagem.

Compra-se um andar com varanda virada a sul ou poente? Essa varanda é, «sem dúvida», uma... mais-valia. (Por causa dos banhos de sol? Ou aquando da revenda?) Compra-se um carro com jantes LL, sistema de navegação, etc.? Tudo... mais-valias!

A partir daqui, todas as evoluções são possíveis. Se não perdermos o fio à meada e conseguirmos detectá-las, enfim, já é uma mais-valia, perdão: uma orientação.

Para terminar, uma curta referência às designações nas línguas mais correntes.

fr: existe «valeur ajoutée» (o IVA é TVA) e «plus-value» (ou «moins-value»), que aparece, por exemplo, em «plus-value immobilière» - mas também em «la plus-value de Linux» (sem publicidade).

en: existe «value added» (o IVA é VAT) e «(capital) gain» (ou «(capital) loss», para menos-valia). «Plus-value» (ou, mais frequentemente, «surplus-value») só aparece em textos de teoria económica (de Marx, historiadores ou comentadores).

de: aqui é que é difícil distinguir — mas, pelos vistos, pode-se viver com isso: «Mehrwert» tanto é usado no sentido de «valor acrescentado» como de «mais-valia» (sendo o inverso «Minderwert»). No entanto, aparece com frequência «(Kapital)Gewinn» (ou «-Verlust»). [Miniteste: neste caso, não pode ser «valor acrescentado»...]

Quando se comparam traduções em diferentes línguas, podem surgir quase todas as hipóteses de intercâmbio de sentidos. Assim, temos nós de detectar qual o sentido para poder optar pela forma mais correcta em português.

Enfim, se este artigo não tiver acrescentado nada aos conhecimentos do leitor, trata-se de outro caso ainda de «mais valia», isto é, mais valia... não ter sido publicado.

Joao.Gomes@cec.eu.int



Porque por que? Porque é assim na Europa civilizada

Helder Guégués
Revisor e tradutor

Não gostei nada de me ver acoimado, sem dúvida entre figuras mais gradas mas omitidas, de empobrecedor da língua no artigo de Jorge Madeira Mendes publicado no n.º 20 (Outono de 2005) de «a folha». Eu que, como revisor, se leio «abscesso» num texto não emendo para «abcesso», se vejo «água-ardente» não emendo para «aguardente», se vejo «handebol» não emendo para «andebol», e por aí fora, numa lista que chegará às centenas de vocábulos. Aqui é que está, na minha opinião, a verdadeira riqueza da nossa língua, assim como nos infindáveis e intraduzíveis modismos. Mas analisemos os argumentos de Jorge Madeira Mendes.

Depois de situar a controvérsia, afirma que o ponto de vista que defende, isto é, de que, «nas frases interrogativas, deve sempre preferir-se *por que* a *porque*», «não deixa de se coadunar, de certa forma», com a argumentação que sustenta o contrário, isto «na medida em que a pergunta “por que faço isto?” pode ser considerada equivalente a estoutra: “por qual razão faço isto?”». Equivalente, é, mas atenção: a «corrente maioritária» nunca escreve «por que» imaginando estar ali elidido qualquer vocábulo sinónimo de «razão», tais como «motivo» e outros.

Escrevemos:

Por que motivo não foste trabalhar?
Por que razão não foste trabalhar?
Por que carga de água não foste trabalhar?
Por que diabo não foste trabalhar?
Por que raio não foste trabalhar?

Mas:

Porque não foste trabalhar?

Se percebi bem o argumento de Jorge Madeira Mendes, é à quase indistinguibilidade fonética entre *por que* e *porque* que atribui a sobreposição entre *porque* (conjunção subordinativa causal) e *porque* (advérbio interrogativo) e, logo, o «empobrecimento» da língua. É um argumento deveras insólito. No fundo, a corrente maioritária alicerça a sua posição num mal-entendido, parece afirmar.

Quanto ao título do artigo publicado num semanário de Portalegre (*Porque vou votar nim*), temos de ver que, por convenção (e a língua é toda ela, nunca o esqueçamos, convenção), os títulos não têm pontuação no final das frases, excepto pontos de interrogação, de exclamação ou reticências. Logo, só podia ser uma afirmação. Não uma resposta, mas uma afirmação, já que a frase é de tipo declarativo. Como quem diz, «[Eis aqui] porque vou votar nim», ou «[Eis aqui] a razão por que vou votar nim». Sem haver necessariamente uma pergunta, ainda que implícita⁽¹⁾.

Por outro lado, não vejo a relevância do argumento de analogia com outras línguas europeias, tanto mais que a distinção *por que*/*porque* dificilmente se concretizaria, como o próprio Jorge Madeira Mendes reconhece, na oralidade⁽²⁾. Deixando de haver homografia, a heterofonia seria, ainda assim, inalcançável. Na escrita, a actual indistinção entre *porque* (conjunção subordinativa causal) e *porque*

⁽¹⁾ Em várias publicações portuguesas, podia ler-se nos últimos dias a promoção da edição de Março da revista National Geographic, que, em relação a um dos temas aí a tratar, dizia: «Porque acaba a paixão segundo os cientistas».

⁽²⁾ Contudo, há estudiosos, como José Pedro Machado («Causa e consequência», in *Diário de Notícias*, 3.3.2002) e Aldónio Gomes e Fernanda Cavacas (*Escrever Direito — Ortografia*, Clássica Editora, 2005, Lisboa, p. 196), que afirmam que os vocábulos em causa não são homófonos. Independentemente das nossas próprias ideias, é bom sabermos o que outros pensam sobre os mesmos assuntos.

(advérbio interrogativo) resolve-se sempre no contexto. Não cometerei, contudo, o erro de menosprezar o argumento de Jorge Madeira Mendes da analogia com as outras línguas europeias, citando, pelo contrário, o seguinte excerto da excelente obra *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*⁽³⁾: «Haverá talvez [no uso de *porque* em vez de *por que*] uma motivação de analogia com outras línguas em que o constituinte interrogativo de causa é realizado por uma unidade: por exemplo, o latim com *cur* e *quare*, o francês com *pourquoi*, o italiano com *perchè*, o alemão com *warum* ou o inglês com *why*.»

Por fim, o argumento de peso: deverá escrever-se sempre em qualquer frase interrogativa «porque» pela mesma razão que não escrevemos «descrição», «promptidão», «redemptor» e outras que tais: é assim que está conforme com a norma ortográfica em vigor em Portugal, estabelecida pelo Decreto n.º 35 228, de 8 de Dezembro de 1945. Como dizem os autores da obra que citei acima — cuja opinião, repare-se, é a de que «não há qualquer razão imperativa de carácter semântico ou sintáctico» para que se use *porque* em vez de *por que* —, «de qualquer modo, parece evidente que, no caso dos compostos com a preposição *por* em português ou a sua equivalente noutras línguas românicas, só uma convenção pode impor tal procedimento. Ora, como já vimos, tal convenção foi estabelecida para Portugal por diploma legal, ao contrário do que acontece no Brasil, onde a norma oficial determina a separação.»

De modo que, e para concluir, mesmo que Jorge Madeira Mendes *de jure constituendo* não concorde, o certo é que *de jure constituto* o advérbio interrogativo se deve escrever *porque*. E isto ninguém deve ignorar.

corresponder@gmail.com
<http://letratura.blogspot.com>



Da forma correcta de escrever nomes científicos

Miquel Vidal

Direcção-Geral da Tradução – Comissão Europeia

[Artigo publicado no [«puntoycoma»](#)⁽⁴⁾ n.º 96, Janeiro/Fevereiro 2006, traduzido do espanhol por Bárbara Magalhães (estagiária) e revisto por Miguel Moura e Maria José Salinas, Direcção-Geral da Tradução]

A sistemática clássica agrupa os seres vivos em unidades taxonómicas denominadas espécies. Com a classificação desenvolvida por Lineu em meados do século XVIII, todas as espécies têm um nome científico formado por duas palavras latinas (ou latinizadas). Actualmente, estes nomes são regulados por diversas comissões internacionais independentes (em particular para a nomenclatura bacteriana, a nomenclatura botânica e a nomenclatura zoológica).

Devido à existência de várias dúvidas, especialmente de ordem ortográfica e tipográfica, é talvez conveniente recordar aqui algumas normas básicas:

1. O nome da espécie escreve-se sempre em itálico (excepto quando o texto já se encontra em itálico, caso em que o nome da espécie se escreve em tipo redondo).

- *Escherichia coli*, *Phoenix dactylifera*, *Ursus arctos*

⁽³⁾ PERES, João Andrade; MÓIA, Telmo (1995) — *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. 2.ª ed. Lisboa: Caminho, 1996. p. 348.

⁽⁴⁾ <http://europa.eu.int/comm/translation/bulletins/puntoycoma/numeros.html>

2. A primeira palavra do nome da espécie (o «nome genérico») escreve-se sempre com maiúscula inicial.

- *Bacillus anthracis*, *Echinostelium minutum*, *Rupicapra pyrenaica*

3. A segunda palavra do nome da espécie (o «nome específico») escreve-se sempre com minúscula inicial.

- *Anabaena variabilis*, *Sarracenia oreophila*, *Melopsittacus undulatus*

4. A primeira palavra nunca pode ser abreviada na primeira ocorrência no texto, mas pode sê-lo (com a inicial seguida de ponto) nas referências seguintes.

- *S. litoralis* = *Spirochaeta litoralis*, *A. nordmanniana* = *Abies nordmanniana*,
E. zebra = *Equus zebra*

5. Caso haja possibilidade de confusão (Géneros com a mesma inicial), admite-se a abreviatura com duas letras: a inicial em maiúscula e a letra diferenciadora seguinte em minúscula, seguida de ponto.

- *An. maculipennis* e *Ae. aegypti* = *Anopheles maculipennis* e *Aedes aegypti*

6. Nenhuma das palavras admite a utilização de diacríticos, hífenes, apóstrofes e outros símbolos, assim como espaços, números e letras de outros alfabetos.

- *Dactylorhiza okellyi* [e não **o'kellyi*], *Leptinotarsa decemlineata* [e não **10-lineata*],
Euphorbia capsaintemariensis [e não **cap sainte mariensis*],

7. São permitidas letras que não originalmente latinas (k, w, y), mas não as que são formadas com símbolos diacríticos (como o ç ou o ñ) nem as letras dobradas (como o æ, o œ ou o ß).

- *Epioblasma walkeri*, *Pecari tajacu* [e não **tajaçu*], *Microcerberus nunezi* [e não **nuñezi*],
Andreaea angustata [e não **Andreæa*], *Oenothera macrocarpa* [e não **Enothera*]

8. No caso de um Subgénero, este escrever-se-á sempre com maiúscula inicial, entre parênteses, entre o nome genérico e o nome específico.

- *Felis (Profelis) temmincki*

9. No caso de uma Subespécie, esta escrever-se-á sempre com minúscula inicial, após o nome específico, sem acrescentar mais dados, como por exemplo «ssp».

- *Gallinula chloropus chloropus*

10. Apesar de o nome completo de uma espécie incluir o apelido do autor que primeiro a descreveu (e, querendo ser exaustivos, incluir até o ano da primeira descrição), não há problema se se omitirem esses dados (especialmente em publicações que não pertençam ao âmbito estritamente científico).

- *Pinus pinea* L. = *Pinus pinea*, *Quercus rotundifolia* Lam. = *Quercus rotundifolia*

11. Se se quiserem incluir esses dados, devem escrever-se em tipo redondo, sem vírgula antes do apelido (latinizado ou abreviado) e com a data entre parênteses.

- *Agaricus sarcocephalus* Fr. (1815), *Ornithoptera priamus* L. (1758)

12. Os apelidos abreviados seguem obrigatoriamente as regras estabelecidas pelo uso, isto é, pode escrever-se ou omitir o nome, mas caso se introduza na forma abreviada é obrigatório usar esta norma.

- L. = Linneo, Lam. = Lamarck, Juss. = Jussieu, Fr. = Fries, St.-Hil. = Saint-Hilare, Rich. = Richard

13. Se se decidir atribuir a uma espécie uma denominação diferente (*nomen novum*), o apelido do autor do nome antigo deve incluir-se entre parênteses antes do apelido do autor do nome novo.

- *Pyracantha crenatoserrata* (Hance) Rehder, *Corylus californica* (A. DC.) Rose

14. Caso se reconheçam dois autores na denominação de uma espécie, escrevem-se os apelidos dos dois unidos pela conjunção latina «et» (escrita, excepcionalmente, em tipo redondo). Se existem mais de dois autores, escreve-se apenas o apelido do primeiro, seguido da menção «et al.» (também em tipo redondo).

- *Didymopanax gleasonii* Britton et Wilson, *Lapeirousia erythrantha welwitschii* (Baker) Geerinck et al.

15. Tudo o que foi acima mencionado se aplica no caso de espécies extintas.

- *Sigillaria scutellata*, *Australopithecus africanus* Dart (1925)

16. As plantas cultivadas regem-se por um código distinto, mas as espécies vegetais híbridas reconhecem-se pela introdução do símbolo «×» antes do nome específico.

- *Mentha* × *piperita*, *Quercus* × *turneris*

17. Os grupos taxonómicos (*taxa*) superiores (Classe, Ordem, Família) podem adaptar-se à ortografia e à fonética próprias do português. Caso não se faça essa adaptação, devem escrever-se em latim, com a inicial maiúscula, em itálico nos casos regidos pelos códigos bacteriano e botânico e em tipo redondo nos casos regidos pelo código zoológico.

- os Cetartiodáctilos agrupam as antigas Ordens dos Cetáceos e Artiodáctilos
- *Borrelia burgdorferi* é uma bactéria do Grupo Spirochaetae
- uma nova planta da Família Rosaceae
- o Grupo Dyapsida inclui os Lepidosauria e os Archosauria; estes últimos, por sua vez, dividem-se em Aves e Crocódilia

A preparação de dois novos códigos para substituir esta classificação não afecta estas normas, dado que não se vão modificar as denominações dos grupos taxonómicos (*taxa*) inferiores (Género e Espécie), pelo menos a curto e a médio prazo. Com efeito, o objectivo de um dos novos códigos (chamado «projecto Biocode») é reunir os cinco códigos actualmente vigentes (o bacteriano, o botânico, o das plantas cultivadas, o viral e o zoológico) numa lista única que agrupe todos os seres vivos e evite os problemas actuais de duplicação e homonímia. Ao mesmo tempo, um grupo de investigadores coordenados pela Universidade do Ohio prepara um código filogenético (conhecido como «projecto Phylocode») para substituir a classificação de Lineu, à luz dos conhecimentos actuais sobre a evolução das espécies: este código modificará todos os grupos taxonómicos (*taxa*) superiores, pois baseia-se na taxonomia cladística, organizada em grupos homofiléticos (espécies com um antepassado comum), o que suprimirá as noções clássicas de Classe, Ordem, Família, etc., visto que só terá sentido uma nova grandeza: o tempo que decorre a partir da separação de dois ramos.

Português para Estrangeiros Idiossincrasias curiosas da língua portuguesa

Augusto Múrias
Parlamento Europeu

chico-espertismo

É inútil procurar esta forma — ou o nome do qual deriva, *chico-esperto* — no recente «Grande Dicionário de Língua Portuguesa» da Porto Editora. E, no entanto, o Presidente da República cessante, num dos seus últimos discursos oficiais, colocou uma ênfase especial nesta palavra, conforme todos os jornalistas portugueses relataram.

Esta omissão não se deverá a um tabu linguístico respeitante a um vocábulo com «direitos de admissão» reservados, pois isso bastaria para que o máximo representante da Nação se abstinhasse de o empregar.

Esta omissão também não se deverá a um erro de avaliação quanto à relevância do seu uso, relevância essa que é logo comprovada através do rol das formas derivadas: *chico-espertismo*, *chico-espertice*⁽⁵⁾, *chico-esperteza*.

Esta omissão tão-pouco se deverá à falta de consolidação formal, que explica a ocorrência concomitante desta forma como nome próprio e como nome comum, como um composto com hífen e sem ele⁽⁶⁾.

Esta omissão deve-se, sim, ao melindre de produzir uma definição lexicográfica sintética e consensual do significado semântico de um vocábulo que, em termos culturais, define a «portugalidade» pelo seu lado desfavorável⁽⁷⁾. De resto, é melindroso encontrar noções coincidentes codificadas noutras línguas, mesmo nas que nos estão mais próximas: (es) *pícaro? listillo?* (fr) *débrouillard? resquilleur?*

O neologismo *chico-espertismo* define, à semelhança de tantos outros nomes formados por sufixação (sufixo -ismo), não necessariamente a partir de um nome próprio (*sampaísmo, centralismo, guterrismo, soarismo*), uma atitude ideológica que é no entanto aqui não só mais abrangente como veicula também um juízo de ética em matéria de cidadania.

Poderia pensar-se que *chico-espertismo* é sinónimo do comum registo *esperteza saloia*, este, sim, consagrado no dicionário, que o define como «velhacaria». Apesar das profundas afinidades semânticas que entre ambos existem, *esperteza saloia* explicita um juízo social depreciativo — e, por arrastamento, cultural —, uma vez que «saloiio» significa «rústico, grosseiro». Em contrapartida, na forma *chico-espertismo*, o coincidente juízo é apenas implícito. E é talvez a natureza implícita deste juízo que terá levado o Presidente da República cessante a preferir empregar *chico-espertismo* (em vez da forma mais usual *esperteza saloia*).

⁽⁵⁾ Assinale-se que esta forma marca em relação às demais, no plano formal, a natureza pejorativa do conteúdo em causa. Esta afirmação é corroborada através de um manancial de formas que contêm o mesmo morfema -ice, como «palermice», «burrice», «casmurrice».

⁽⁶⁾ Torna-se aqui curioso assinalar que:

— os nomes que derivam de um nome próprio a que se junta o sufixo -ismo são tratados como nomes comuns («cavaquismo»);

— os nomes compostos em que um dos elementos é um nome próprio, como «joão-ninguém», «joão-pestana», «maria-rapaz», «maria-vai-com-as outras», «maria-da-fonte», «zé-dos-anzóis», surgem sistematicamente registados como nome comum e são grafados com hífen.

O emprego de aspas nas formas derivadas de «chico-esperto» reflecte o seu estatuto de neologismo.

⁽⁷⁾ *portugalidade* é um vocábulo elencado no dicionário e significa «1. qualidade do que é português. 2. sentido nacional da cultura portuguesa.»

Avança-se de seguida as principais noções que poderiam nortear uma definição concisa do significado semântico de *chico-espertismo*:

1. Desonestidade — para um chico-esperto todos os meios são bons para atingir os fins que lhe forem mais convenientes. Um chico-esperto é um talento no jogo do «vale-tudo», nome este que é deverbativo.
2. Egocentrismo — um chico-esperto percebe um problema como susceptível de ter solução no que diz respeito ao seu caso individual. Um chico-esperto é oportunista, na medida em que explora uma circunstância para satisfazer um interesse exclusivamente individual. E um chico-esperto age amiúde individualmente, sabendo porém que os seus «compadres» rondam por perto (os chamados *compadrios*).
3. Descaramento — («lata», em registo popular, forma registada no dicionário), que é o ingrediente vital para que um chico-esperto mantenha o seu sangue-frio e leve a bom porto o seu golpe ou jogada. Porém, na óptica de um chico-esperto, trata-se antes de uma pedagógica atitude antilegalista e antiburocrática.
4. Desenrascanço — (noção lusitana não registada, nesta forma, no dicionário), já que um chico-esperto tem o talento de improvisar instantaneamente a solução mais conveniente para o seu problema.
5. Porreirismo — (outra noção lusitana não registada, nesta forma, no dicionário), pois um chico-esperto, à partida, tem fé numa solução para qualquer problema que se lhe coloque. Daí que um chico-esperto se considere uma «pessoa muito crente».

Contrariamente ao que se poderia supor, o coeficiente de inteligência não é relevante na definição de *chico-esperto*. A adivinhar pela vulgarização do nome familiar «Chico» (em princípio, referente a Francisco), qualquer pessoa reunirá virtualmente aptidões para se comportar como um *chico-esperto*.

Da noção de *chico-esperto*, que define um tipo de comportamento transversal, distinguem-se várias expressões de registo popular que definem um correspondente comportamento ocasional, como a sugestiva expressão *armar-se em carapau de corrida*, que o Dicionário da Academia (Verbo) define como «agir, tendo-se em conta de muito esperto».

É plausível que o género gramatical masculino de *chico-esperto* não resulte de uma mera convenção linguística. Encontro de resto aqui um argumento de peso para que o máximo (ex-)representante da Nação tenha preferido a forma *chico-espertismo*, neutra na referência ao género, à forma mais melindrosa em termos sociais, por razões ligadas ao género, de *chico-esperto*. Em todo o caso, a forma *chica-esperta* recolherá seguramente alguns sorrisos.

Para concluir, refira-se que o regime preferido de um chico-esperto é a República das Bananas, agora também apelidada de Tugolândia ou Tugalândia (em que «tuga» constitui a forma abreviada de uma outra, que corresponde a um nome depreciativo de registo coloquial, *portuga*). O seu *habitat* predilecto é a selva. Justamente porque a Lei da Selva é a que lhe é mais vantajosa. Esta poderia ser a razão pela qual um *chico-esperto* toma o nome de *pato-bravo* quando trabalha na área específica da construção civil⁽⁸⁾. A obra realizada por um *pato-bravo* designa-se de *pato-bravice* e as vítimas desse *pato-bravo* chamam-se indiscriminadamente *patos*⁽⁹⁾.

amurias@europarl.eu.int

⁽⁸⁾ É curioso que os dicionários unilingues do português consultados não referem esta acepção semântica. Porém, o «Dicionário de expressões correntes» de Orlando Neves (Editorial Notícias, 1999) dá esta definição para *pato-bravo*: *Diz-se de provinciano; construtor civil improvisado*. Nesta última acepção, é o elemento «improvisado» que aproxima semanticamente este significado do de *chico-esperto*.

⁽⁹⁾ De acordo com o «Dicionário de calão» de António Nobre (Publicações Dom Quixote, 1986), *pato* é o *indivíduo que perde facilmente ao jogo ou gasta perdulariamente o seu dinheiro levado por outrem; inábil*.

Exoneração de responsabilidade: Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não reflectindo necessariamente a opinião da Redacção nem das instituições europeias.

A Redacção é responsável pela linha editorial de «a folha», cabendo-lhe decidir sobre a oportunidade de publicação dos artigos propostos.

Redacção: Renato Correia (PE); Manuel Leal (Conselho da UE); António Raul Reis (Serviço das Publicações); Fernando Gouveia (TJCE); Paulo Correia (Comissão); Manuel Silveira (CESE-CR)

Grupo de apoio: Susana Gonçalves (Comissão); Hilário Leal Fontes (Comissão); Miguel Magalhães (Comissão); António Mendes da Costa (Conselho da UE); Nuno Morais (Comissão)

Paginação: Susana Gonçalves (Comissão)

Envio de correspondência: dgt-folha@cec.eu.int

Edição impressa: oficinas gráficas dos Serviços Conjuntos do Comité Económico e Social Europeu e do Comité das Regiões (Bruxelas) e do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (Luxemburgo).

Edição electrónica: sítio Web da Direcção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia - <http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine>

Os artigos contidos neste boletim podem ser reproduzidos mediante indicação da fonte e do autor.